



UNICEPLAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC
Curso de Pedagogia
Trabalho de Conclusão de Curso

**A importância do lúdico para o desenvolvimento integral das
crianças na Educação Infantil**

Gama-DF
2022

PATRÍCIA BISPO SILVESTRE

**A importância do lúdico para o desenvolvimento integral das
crianças na Educação Infantil**

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito
para conclusão do curso de Pedagogia do
Centro Universitário do Planalto Central
Apparecido dos Santos – UNICEPLAC.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Theresa de
Oliveira Corrêa

S587i

SILVESTRE, Patrícia Bispo.

Título: A Importância do Lúdico para o Desenvolvimento Integral das Crianças na Educação Infantil.

p. 38

Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, Curso de PEDAGOGIA, Brasília, 2022.

Orientação:

1. Educação Infantil. 2. Lúdico. 3. Desenvolvimento.

CDU: 370

PATRÍCIA BISPO SILVESTRE

A importância do lúdico para o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – UNICEPLAC.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Theresa de Oliveira Corrêa

Gama, 01 de junho de 2022.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Theresa de Oliveira Corrêa
Orientadora

Profa. Me. Elisângela de Andrade Aoyama
Examinadora

Profa. Me. Flavia Pinheiro Della Giustina
Examinadora

Dedico este trabalho à minha família e amigos,
que sempre tiveram presentes e me apoiando
nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida.

Aos professores com quem interagi durante o semestre, que me acompanharam e me apoiaram nas dificuldades.

Aos amigos e familiares pelo incentivo, compreensão e, principalmente, pelo amor.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a contribuição do lúdico para o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil, fase que contribui significativamente para o desenvolvimento da criança em toda sua vida escolar. A história da Pedagogia demonstra que muitos educadores do passado já apresentavam preocupação com o aspecto motivacional do ensino, propagando uma educação de acordo com as necessidades e interesses infantis, e que também reconheciam o valor formativo do jogo e das brincadeiras. Os estudos confirmaram que o trabalho com lúdico contribui positivamente para o desenvolvimento de uma aprendizagem efetivamente significativa, além de estimular a construção da identidade e autonomia da criança. Portanto, é por meio do jogo e das brincadeiras que ela reproduz e recria o meio que está a sua volta. O trabalho foi desenvolvido com um enfoque qualitativo, a partir de uma pesquisa bibliográfica. Conclui-se que o jogo e brincadeiras podem contribuir para enriquecer a dinâmica das relações sociais na sala de aula, além de permitir que a criança ordene o mundo à sua volta, assimilando experiências e informações e, sobretudo, incorporando atividades e valores formativos por meio dos jogos e brincadeiras.

Palavras-chave: Educação Infantil; lúdico; desenvolvimento integral.

ABSTRACT

This research analyzes the contribution of play to the integral development of children in Early Childhood Education, a phase that significantly contributes to the development of children throughout their school life. The history of Pedagogy shows that many educators in the past were already concerned with the motivational aspect of teaching, propagating an education according to children's needs and interests, and that they also recognized the formative value of play and games. The studies confirmed that working with play contributes positively to the development of an effectively meaningful learning, in addition to stimulating the construction of the child's identity and autonomy. Therefore, it is through games and games that she reproduces and recreates the environment around her. The work was developed with a qualitative approach, based on a bibliographical research. It is concluded that games and games can contribute to enrich the dynamics of social relationships in the classroom, in addition to allowing the child to order the world around him, assimilating experiences and information and, above all, incorporating activities and formative values through of games and play.

Keywords: Early Childhood Education; ludic; integral development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

RCNEI – Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Surgimento e constituição da Educação Infantil no Brasil.....	12
2.2 A criança em idade escolar: Iniciando na Educação Infantil.....	17
2.3 O lúdico e o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil	20
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil consiste numa importante etapa de todo processo de ensino-aprendizagem da criança. A educação em si já é um processo complexo que requer muita responsabilidade por parte dos educadores. Antigamente os profissionais da educação transmitiam o conhecimento sem a preocupação de entender como a criança construía o saber, mas hoje já é possível identificar a preocupação de alguns educadores em buscar novos métodos de ensino considerando o papel da criança na construção de sua própria aprendizagem.

É importante e necessário que os educadores visualizem a criança em sua totalidade, contemplando os aspectos físico, emocional e, especialmente, suas próprias vivências. É preciso abandonar a ideia equivocada que aprendizagem está relacionada apenas aos aspectos cognitivos da criança (LOPES, 2011). Dessa maneira, a presente pesquisa contempla a importância do lúdico para o desenvolvimento integral das crianças.

É relevante considerar todo esse conhecimento de mundo e prévio que a criança traz de casa para a escola como elementos que também constituirão sua aprendizagem. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) reconhece que é preciso acolher as vivências e conhecimentos compartilhados junto à família e comunidade em que a criança está inserida e procurar articulá-los com as propostas pedagógicas promovendo, assim, a ampliação das habilidades das crianças, que poderão fazer novas aprendizagens e consolidar a educação familiar que recebeu.

Dessa forma, o espaço escolar pode e deve transformar-se em um espaço agradável, prazeroso, de forma que o lúdico, em forma de brincadeiras e jogos permitam ao educador alcançar sucesso em sala de aula. A brincadeira, o jogo e o movimento natural e espontâneo, que ocorre no recreio, no parque ou na recreação são estratégias fundamentais para o desenvolvimento da criança devendo, assim, o lúdico ser contemplado a fim de promover manifestações corporais, estimulando o trabalho cooperador, autônomo e social que pode proporcionar.

Assim sendo, esta pesquisa partiu da problemática: qual a importância das atividades lúdicas para o desenvolvimento integral das crianças?

Como objetivo principal, buscou-se analisar a importância das atividades lúdicas para o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil, e por objetivos específicos: investigar a constituição e desenvolvimento da Educação Infantil no Brasil; identificar as características do desenvolvimento das crianças em idade escolar na

Educação Infantil e analisar o impacto das atividades lúdicas no processo de desenvolvimento das crianças na Educação Infantil.

Esta pesquisa pode ser esclarecedora aos educadores pois apresenta uma investigação sobre uma educação diferenciada, uma educação capaz de encarar a ludicidade com um fator motivante, estimulando o desenvolvimento integral das crianças nos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, conforme prescrito pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

As atividades lúdicas são tratadas como movimento natural e espontâneo, inerentes em toda e qualquer escola, possibilitando considera-las como ferramentas que contribuem significativamente na educação e formação geral da criança. Além de se tratar de um espaço de conhecimento sobre o mundo externo, é na atividade lúdica que a criança também pode conviver com os diferentes sentimentos que fazem parte da sua realidade interior.

Desse modo, as atividades lúdicas podem ser admitidas como importantes meios para estimular e subsidiar a aprendizagem, enriquecendo o processo de desenvolvimento integral da criança, além de se configurar como suporte inovador na prática pedagógica.

Assim sendo, esta pesquisa está assim estruturada:

A Revisão de Literatura, capítulo 2 está articulada aos objetivos específicos da pesquisa. O primeiro, intitulado “Surgimento e constituição da Educação Infantil no Brasil”, retrata um breve histórico sobre a educação infantil até os dias de hoje, incluindo as principais legislações. O segundo, intitulado “A criança em idade escolar: iniciando na Educação Infantil”, aborda as principais características do desenvolvimento da criança em idade pré-escolar. No terceiro subtópico, intitulado “O lúdico e o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil” contempla a importância do lúdico como estratégia pedagógica facilitadora do processo de aprendizagem nessa etapa da educação.

No capítulo 3 são tratados os procedimentos metodológicos. Ele dispõe a respeito da opção metodológica, período de coleta de informações, bases de dados consultadas, quantitativo de trabalhos selecionados, critérios de inclusão e exclusão de produções e trabalhos utilizados.

A apresentação e análise dos dados, compõe o capítulo 4, que destaca e analisa as ideias centrais dos autores que integram a Revisão de Literatura.

O capítulo 5 apresenta as considerações finais, que sintetizam os resultados obtidos por meio dessa pesquisa, apresentando opiniões de cunho pessoal sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No universo da Educação Infantil muitos temas têm surgido como forma de novidade, indicando a necessidade de melhoramento do processo de aprendizagem, assim como a forma de ensinar. Nesse contexto, as atividades lúdicas, sejam elas jogos, brincadeiras, músicas, histórias ou o teatro, se destacam como importantes instrumentos pedagógicos que devem ser vistos por um olhar com intenção educacional.

Para melhor compreender esse universo da Educação Infantil é importante conhecer sua trajetória no Brasil, bem como suas principais bases legais, que norteiam o trabalho docente.

2.1 Surgimento e constituição da Educação Infantil no Brasil

A trajetória da Educação Infantil, escrita por vários pesquisadores de diversas partes do mundo, deixa claro que a formação da infância é uma construção histórica e social, existindo simultaneamente inúmeras idéias acerca do que é ser criança e do desenvolvimento infantil.

De acordo com Oliveira (2011), o que se nota é o fato de que a história da Educação Infantil em nosso país teve o seu desenvolvimento atrelado à história da Educação Infantil de outras partes do mundo, mantendo algumas características próprias de sua cultura, conforme relata a seguir:

No meio rural, onde residia a maior parte da população do país na época, famílias de fazendeiros assumiam os cuidados das inúmeras crianças órfãs ou abandonadas geralmente frutos da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco. Já na zona urbana, bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a famílias com prestígio social, eram recolhidos a roda de expostos existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII (OLIVEIRA, 2011, p. 91).

Outro aspecto importante na trajetória do surgimento da Educação Infantil, gerado pela própria sociedade, é o aumento da inserção feminina no mercado de trabalho, onde houve uma maior conscientização da necessidade da educação da criança, além da necessidade de ajuda ao cuidado com os filhos pequenos, que estava ligada a uma situação produzida pelo próprio sistema econômico. Tal ajuda não foi entendida como um dever social, mas continuou a ser apresentada como um favor prestado, um ato de caridade de certas pessoas ou grupos (OLIVEIRA, 2011). Em se tratando dessa trajetória, percebe-se, então, que as mães carentes também contribuíram para o surgimento da educação infantil,

bem como a contribuição para sua qualidade, uma vez que a necessidade de confiarem seus filhos a uma instituição, desencadeou um grande avanço nos debates sobre o assunto.

A esse respeito, o Currículo em Movimento da Educação Infantil (DISTRITO FEDERAL, 2018, p.18) endossa que a oferta de Educação Infantil viabilizou o ingresso ou permanência de trabalhadores, com destaque às mulheres, no mercado de trabalho. O documento ressalta que a Educação Infantil é duplamente protegida pela Constituição Federal:

Tanto é direito das crianças com idade entre zero e cinco anos (Art. 208, IV), como é direito das trabalhadoras e trabalhadores das cidades e do campo em relação aos seus filhos, filhas e dependentes (BRASIL, 1988, Art.7, XXV).

No Brasil, a Educação Infantil tem mais de 140 anos, mas ela se desenvolveu de maneira significativa a partir da década de 1970, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 5.692/1971, que determinava “que as crianças menores de sete anos deveriam receber educação em escolas maternas ou jardins de infância” (NISTA-PICCOLO; MOREIRA, 2012, p. 12).

Por algum tempo ainda foi ponto de debate o papel das escolas de Educação Infantil, pois foram criadas duas frentes de defesa: uma corrente as considerava apenas um local para guarda de crianças, enquanto uma outra entendia se tratar de um local de desenvolvimento, sob a influência das novas escolas. Foram criados os primeiros jardins de infância particulares entre 1875 e 1877 no Rio de Janeiro e São Paulo. Depois de alguns anos surgiram os primeiros jardins-de-infância públicos destinados a crianças de elevada classe social com uma programação pedagógica inspirada em Froebel (OLIVEIRA, 2011).

Apenas no final da década de 1990, portanto mais de cem anos depois do surgimento dos primeiros jardins de infância particulares, a Educação Infantil tinha ocupado quase todos os municípios brasileiros. Felizmente observa-se que tem ocupado cada vez mais espaço no cenário educacional no Brasil, mas se por um lado existem essas possibilidades de se tornar prioridade nas políticas públicas, por outro é preocupante a necessidade de superar uma educação pobre para a população de baixa renda, comprometendo a qualidade em favor da quantidade (NISTA-PICCOLO; MOREIRA, 2012).

É fato que a educação das crianças de 0 a 5 anos, mesmo com breve existência, vem conquistando cada vez mais afirmação social, prestígio político e presença permanente no quadro educacional brasileiro. Na verdade, a própria Constituição Federal

(BRASIL, 1988) garante o direito à educação da criança, independentemente da idade. A mesma determina em seu art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É possível notar que o Estado compartilhou todas as responsabilidades com a família e a sociedade de um modo geral. No entanto, cabe a ele formular políticas, implementar programas e viabilizar recursos que garantam à criança desenvolvimento integral, de forma que complemente a ação da família (OLIVEIRA, 2011).

A LDB (BRASIL, 1996), em seu capítulo I, inicialmente determinava a composição dos níveis escolares, definindo a Educação Infantil, como parte da Educação Básica. Em seu art. 4º, ela deliberava que:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
 I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que ele não tiveram acesso na idade própria;
 [...]
 IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.

Contudo, a Lei Nº 12.796, de 4 de abril (BRASIL, 2013) alterou o texto da LDB no que se refere ao artigo supracitado, mencionando a educação escolar pública que o Estado deve garantir:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
 a) pré-escola;
 b) ensino fundamental;
 c) ensino médio;
 II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;
 III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;
 IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;
 VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a LDB (BRASIL, 1996), e outras afins, observa-se que a Educação Infantil vem sendo cada vez mais reconhecida como importante etapa no processo de construção do sujeito, assumindo o processo inicial da Educação Básica e passando a integrar definitivamente os sistemas de ensino.

Trata-se de uma importante idade para construção de aprendizagens, assim como da personalidade. Conforme pesquisas de Bassedas, Huguet e Solé (1999), a formação da personalidade, construção da inteligência e aprendizagem nos primeiros anos de vida apontam para a importância e a necessidade do trabalho educacional nessa faixa etária (0 a 6 anos). No entanto, é notório que a Educação Infantil, mesmo se mantendo desde o século passado, por muito tempo foi encarada como uma educação extradomiciliar. Somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica.

É importante ressaltar que a finalidade da Educação Infantil é promover o desenvolvimento global da criança em todos os seus aspectos, físico, cognitivo, psicomotor, afetivo e social, complementando a educação ofertada pela família e pela comunidade em que a criança vive (NISTA-PICCOLO; MOREIRA, 2012), assim como determina o art. 29 da LDB, com as alterações dadas pela Lei n.º 12.796 (BRASIL, 2013):

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Em 1998, um referencial curricular foi formulado pelo Ministério da Educação- MEC Mesmo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil- RCNEI tendo um caráter apenas instrumental e didático para auxiliar no planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas docentes que considerem a diversidade das crianças, deixa claro que as instituições de educação infantil devem proporcionar um espaço físico e social onde permeia a proteção e o acolhimento, ao mesmo tempo que propicia segurança para que as crianças vivenciem suas experiências (BRASIL, 1998).

Ao mesmo tempo que em que era elaborado o RCNEI o Conselho Nacional de Educação - CNE definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, com caráter mandatório. De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 1, de 7 de abril de 1999, que instituiu o documento, no seu art. 2º:

Essas Diretrizes constituem-se na doutrina sobre princípios, fundamentos e procedimentos da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as instituições de Educação Infantil dos sistemas brasileiros de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

As DCNEI esclarecem que as instituições que oferecem creches e pré-escolas se caracterizam como ambientes não domésticos, mas que têm a função de educar e cuidar da criança de 0 a 5 anos de idade no período diurno. Ainda ressalta que a educação

disponibilizada pelo Estado deve ser gratuita, pública e de qualidade. O documento ainda define a criança como um sujeito histórico e, portanto, com direitos que nas relações e interações que estabelece cotidianamente “constrói a sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sociedade, produzindo cultura.” (BRASIL, 2010, p.12).

Percebe-se que ambos os documentos têm subsidiado e respaldado a elaboração de novas propostas pedagógicas das instituições que trabalham com Educação Infantil. Somado aos documentos já citados, o Ministério da Educação lançou a atualização da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), que descreve as aprendizagens que são básicas e necessárias que os alunos devem se apropriar e desenvolverem ao longo de sua escolarização.

A BNCC determina que devem ser assegurados às crianças na Educação Infantil direitos de aprendizagem e desenvolvimento que garantam as condições para que elas aprendam “em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural” (BRASIL, 2018, p. 35).

Para Bassedas, Huguet e Solé (1999), a trajetória da Educação Infantil assumiu e assume ainda hoje, no âmbito da atuação do Estado, diferentes funções, muitas vezes concomitantemente. Ainda denuncia que ora a Educação Infantil assume uma função predominantemente assistencialista, outras vezes um caráter compensatório e ora um caráter educacional nas ações desenvolvidas.

Diante da ambiguidade que, apesar da legislação atual, ainda deixa dúvidas sobre a função da Educação Infantil, compreender as características e desenvolvimento das crianças em idade pré-escolar contribui para diferenciar as aprendizagens que são promovidas no ambiente familiar e na comunidade dos conhecimentos adquiridos e construídos formalmente, na escola.

2.2 A criança em idade escolar: Iniciando na Educação Infantil

O caminho que uma criança percorre desde seu nascimento até começar a se transformar em adulto está diretamente relacionado tanto às suas condições biológicas (as quais foi gerada), como àquelas proporcionadas pelo espaço social em que vive. Esse caminho constitui seu processo de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2011).

O processo de desenvolvimento da criança é constituído de várias etapas. Em cada uma dessas etapas, diferentes aspectos caracterizam suas relações com o mundo físico e social. Identificam-se diferentes maneiras de pensar e agir. Nesse processo, as transformações que vão se produzindo não ocorrem de maneira repentina, são períodos contínuos que vão se sucedendo e se sobrepondo. Esse desenvolvimento que ocorre com todas as crianças não se produz de forma linear. Durante sua evolução, a criança experimenta avanços e retrocessos, vivendo seu desenvolvimento de modo particular (NISTA-PICCOLO; MOREIRA, 2012).

Durante a idade em que a criança se desenvolve na Educação Infantil, a identidade física, social e intelectual estão se construindo a partir das relações que as crianças estabelecem com outras pessoas, que geram várias experiências pessoais. Nesse processo, é absolutamente decisiva a relação com os adultos, com outras crianças e o meio em geral. Essas relações são diferentes em cada momento do desenvolvimento infantil, e é necessário que elas aconteçam, seja na escola, em casa e/ou outro ambiente, desde que elas mantenham contato com outras pessoas, para que as crianças se desenvolvam em seus aspectos físico, afetivo, social e cognitivo. De acordo com Oliveira (2011, p.98):

Os cinco primeiros anos são cruciais para o desenvolvimento na espécie humana. O cérebro continua seu desenvolvimento. As conexões que vão acontecendo nos cinco primeiros anos entre os neurônios da criança formam uma rede de informações que fundamenta o que chamamos de inteligência.

Jean Piaget denominou essa etapa do desenvolvimento cognitivo infantil como estágio pré-operatório, que vai aproximadamente dos dois aos sete anos de idade. Difere-se do estágio anterior, sensório-motor, nos sinais de inteligência, uma vez que antes eram de natureza prática (exercícios, coordenação e organização de esquemas de ação) e agora é uma fase mais representativa (manipulação da realidade por meio do domínio de símbolos). Esta função simbólica implica a capacidade de atuar sobre os objetos. Entre as características que se desenvolvem nessa fase destacam-se a compreensão da causa e efeito, a compreensão dos números, a capacidade de classificar e a compreensão de identidades (PIAGET, 2011).

Oliveira (2011) também destaca que na teoria de Piaget outros aspectos são observados nessa fase, tais como o animismo, egocentrismo e a irreversibilidade. De acordo com a autora:

No animismo, as crianças atribuem vida a objetos inanimados; pensar que um relógio está vivo porque se move é um exemplo de animismo. O egocentrismo é quando a criança se sente e age como sendo o centro do mundo. É uma espécie de contração em si mesma. Na irreversibilidade, a criança não consegue fazer uma operação ao contrário, ou ver que uma operação pode ter dois ou mais sentidos (OLIVEIRA, 2011, p.100).

Assim, o egocentrismo nessa fase é considerado uma característica natural da criança, uma vez que ela tem dificuldade de aceitar pontos de vista diferentes do seu, assim como tem dificuldades em aprender regras sociais ou de jogos. Por isso é tão importante as crianças frequentarem as turmas de Educação Infantil, já que a partir daí elas têm oportunidade de socializarem com outras crianças e adultos, onde precisam aprender a dividir, acatar regras e normas, para estabelecer um convívio social saudável (PIAGET, 2011).

O Currículo em Movimento da Educação Infantil (DISTRITO FEDERAL, 2018) alerta para o fato de que as crianças se desenvolvem nas relações com seus pares e adultos e isso acontece enquanto estão explorando os ambientes e os materiais.

É importante destacar o papel da escola como instituição que desempenha essa função primordial de favorecer a integração social das crianças, e o professor é o mediador dessa socialização. O convívio com outras pessoas no ambiente escolar, sejam crianças ou adultos, minimiza as diferenças individuais que tem grande peso no processo de socialização. À escola cabe proporcionar um clima de respeito, solidariedade, cooperação e igualdade nas relações estabelecidas na escola. Além da escola, também fazem parte do processo de socialização a família, igrejas, vizinhos e sociedade em geral. Entretanto, a família assume um papel importante, na medida que cabe a ela repassar os valores da sociedade à criança (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Oliveira (2011) também revela que o desenvolvimento social da criança ocorre por etapas quando afirma que:

A princípio as crianças brincam sozinhas, depois ao lado de outras crianças e, finalmente juntas. Quando brincam sozinhas, não fazem qualquer esforço para se aproximar de outras crianças. [...]. Quando brinca ao lado de outras crianças, ela não tenta influenciar ou brincar com as outras e, finalmente, quando brincam juntas, conversam sobre a brincadeira, emprestam e tomam emprestados os brinquedos, seguem umas as outras e tentam controlar quem pode brincar no grupo (OLIVEIRA, 2011, p.102).

A partir daí a criança então passa a aceitar pontos de vista diferentes do seu, amplia

sua capacidade de aceitar regras sociais ou de jogos, compartilha suas coisas e desempenha tarefas em cooperação com outras pessoas, uma vez que passa a dissociar seus interesses, desejos e necessidades pessoais. Assim, o jogo, como atividade própria à criança, proporciona o prazer em sua prática, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento motor e social (SÁTIRO, 2012).

Sendo assim, o Currículo em Movimento da Educação Infantil (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 23) destaca a importância da instituição que oferta Educação Infantil ser um lugar privilegiado, onde as crianças tenham a oportunidade “de compartilhar saberes, reorganizar e recriar suas experiências, de favorecer vivências provocativas, inovar e criar cultura, de ter contato e incorporar os bens culturais produzidos pela humanidade”.

Oliveira (2011) evidencia a importância da relação com outras crianças nessa fase, uma vez que ela escolhe companheiros em virtude de interesses e proezas comuns. De acordo com a autora, o declínio do egocentrismo e o crescimento das habilidades cognitivas permitem que as crianças, nessa fase, interajam de modo mais significativo com os amigos. A autora ainda acrescenta que “[...] grande a influência do grupo de amigos. Como ponto positivo sabe-se que o grupo ajuda as crianças a desenvolverem suas habilidades sociais, lhes dá senso de pertencer e fortalece o autoconceito” (p.107).

Percebe-se, então, que o desenvolvimento social da criança está diretamente relacionado com aspectos afetivos e culturais, implicando também na construção de seu conhecimento. As circunstâncias do meio em que vive, somadas às condições de seu pensamento em cada uma das etapas pelas quais vai passando, determinam a direção de sua socialização (SÁTIRO, 2012).

Todo esse conhecimento prévio e a bagagem social que a criança traz para a escola deve ser aproveitada especialmente nas atividades lúdicas, que promovem interações, manifestações diversas por parte das crianças, que podem revelar importantes aspectos sobre suas experiências, além de ser um importante instrumento para o desenvolvimento de conhecimentos formais, que são construídos na escola ao longo dos anos e que as brincadeiras podem ser determinantes na aquisição dos mesmos.

2.3 O lúdico e o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil

Normalmente, as atividades lúdicas surgem na escola sob a forma de simples exercícios motores, ainda na Educação Infantil, dependendo para sua realização apenas de uma maturidade psicomotora suficiente para acompanhar as atividades físicas propostas. Esses exercícios sensório-motores reaparecem durante toda a infância, e até mesmo na fase adulta do indivíduo (OLIVEIRA, 2011).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 2001) evidenciam uma inquietação e interesse no que se refere a momentos que promovam interação e cooperação em sala de aula. Fica claro que existe uma preocupação sobre as condições para que haja essa interação, a qual não deve estar pautada apenas em questões cognitivas. Os PCNs entendem que os aspectos emocionais e afetivos são tão relevantes quanto os cognitivos, principalmente para os alunos prejudicados por fracassos escolares ou que estejam desmotivados frente ao que a escola vem oferecendo.

O documento não fez referência direta ao jogo ou a brincadeira, mas revela uma tendência à orientar professores e afins sobre um dos principais objetivos da educação escolar: preparar o aluno para conviver em grupo de maneira produtiva e cooperativa. E ainda propõe que isso seja trabalhado a partir de “situações em que os alunos possam aprender a dialogar, a ouvir o outro e ajudá-lo, a pedir ajuda, aproveitar críticas, explicar um ponto de vista, coordenar ações para obter sucesso em uma tarefa conjunta, etc” (BRASIL, 2001, p. 97).

O atual Currículo da Educação Infantil é norteado pelas imensas possibilidades e potencialidades das crianças e, para isso, o documento sugere que é preciso conhecê-las em seus fazeres, linguagens, invenções, cuidados, imaginações e até em suas brincadeiras (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Pinto (2003), a partir de sua inquietação ao perceber que algumas crianças aprendem com maior facilidade do que outras e em sua busca incansável de respostas, revela que o lúdico é um elemento facilitador da aprendizagem, promovendo uma maneira prazerosa de aprender, levando a criança a ser feliz naquele espaço (escola), disponibilizando uma peça importante para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança. A autora ainda considera a brincadeira um exercício importante, que prepara a criança para a vida e o brinquedo estimula a imaginação e a criatividade da criança, já que a mesma é ainda dotada de animismo, ou seja, ela pode dar vida aos objetos. Nesse sentido o brinquedo pode ser uma peça cheia de significados, os quais podem ser

observados e aproveitados pelos adultos para se aproximar da criança.

As brincadeiras permitem à criança realizar ações concretas, reais, relacionadas com sentimentos que, de outro modo, ficariam guardados. Enquanto brinca, a criança lida com a sua sexualidade e com os impulsos agressivos que estão presentes em seu mundo interno. Contudo, ninguém nasce sabendo brincar. A brincadeira surge a partir da vida em sociedade. Só se aprende a brincar a partir das interações com outras crianças e com adultos, pela observação, pela reprodução e recriação de brincadeiras e, principalmente pelas oportunidades ofertadas para isso. “Aprende-se nas instituições de Educação Infantil, em casa e na sociedade, nas interações que se estabelecem entre os familiares e amigos” (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 31).

Pinto (2003) ainda destaca que é brincando que a criança vai, pouco a pouco, organizando suas relações emocionais; isso vai dando a ela condições para desenvolver relações sociais, aprendendo a se conhecer melhor e a conhecer e aceitar a existência dos outros. A autora também faz referência ao espaço lúdico, caracterizando-o como um local reservado para estimular a criança a brincar, no qual é disponibilizada uma grande variedade de brinquedos. Atribui um valor social e político a esse espaço, já que nele a criança interage com o meio físico, com outras crianças, respeitando regras e fazendo uso de seus direitos e deveres, considerando e respeitando o espaço do amigo. Além disso, trata-se de um importante recurso para desenvolver competências, já que, ao brincar, a criança vai treinando suas habilidades, seja ganhando ou perdendo, criando regras e sabendo respeitá-las, construindo e aprendendo a conviver com a perda que ocorre ao desmontar os brinquedos.

A BNCC admite que durante a brincadeira a criança traz para seu cotidiano potenciais para seu desenvolvimento. “Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções”(BRASIL, 2017, p.35).

Em sua essência a escola é um lugar privilegiado de educação, embora algumas realidades revelem o contrário. Uma escola pautada no espírito lúdico, promoverá uma aprendizagem muito mais significativa, rica e fértil, tanto para quem ensina quanto para quem aprende. “Uma escola que privilegia o prazer de ensinar inspira o prazer de aprender” (SOMMERHARDLER; ALVES, 2011, p. 55).

Contudo, muitas vezes o ato de brincar, quando realizado de forma espontânea, é considerado um ato de transgressão, porque excede os limites que são estabelecidos pela

escola, ou modifica o que está determinado (SILVA, 2012). A autora esclarece que a dimensão lúdica é uma característica inerente ao ser humano e, por isso, as crianças exercitam essa dimensão com ou sem autorização dos adultos, sem a pretensão de confrontar as regras impostas:

Elas criam situações para manifestar e exercitar a dimensão lúdica nas diversas situações cotidianas da creche, inventando a sua própria brincadeira ou recriando as propostas pelos adultos. As crianças brincam mesmo nos momentos que os adultos consideram sérios, mesmo quando eles tentam imedir ou controlar a brincadeira (p.132).

Ao apresentar as definições e suas experiências pessoais sobre o espaço lúdico, Pinto (2003) consegue com eficiência e muita objetividade, oferecer orientações úteis sobre a produção e condução desse espaço, a fim de que se torne um local diferenciado para as crianças, levando-as a desenvolver uma aprendizagem de fato significativa, quando explica que:

A criança aprende a viver, a suportar as frustrações, a desenvolver competências, brincando. Em um espaço lúdico, tudo é propício para que estas competências de desenvolvam e a criança possa construir o adulto que vai ser, de maneira harmoniosa (p. 46) .

Souza (2018) ressalta que o direito de brincar é uma característica inerente à criança e, além disso, é garantido em Lei. Para o autor, a função do brincar não está no material que a criança utiliza ou no brinquedo, mas sim na atitude dela, na maneira que ela demonstra a brincadeira ou como desenvolve a atividade na hora da brincadeira. Além disso, o ato do brincar se modifica de acordo com a etapa de evolução da criança e é importante que ela vivencie todas as fases, explorando todas as oportunidades.

A brincadeira tem uma enorme função social, desenvolve o lado intelectual e principalmente cria oportunidades para a criança elaborar e vivenciar situações emocionais e conflitos sentidos no dia a dia de toda criança (p. 8).

De fato é possível observar que, de um modo geral, os jogos e brincadeiras são atividades agradáveis principalmente para as crianças. É possível observar que, quando brincam, as crianças mostram-se motivadas a participar e a aprendizagem flui melhor. Dificilmente encontramos crianças que resistem a jogos e brincadeiras. Predomina no jogo uma atmosfera de espontaneidade. Mesmo existindo regras a serem seguidas, o participante poderá contar com uma ampla gama de alternativas de atuação que dependerá de sua disposição e criatividade (SÁTIRO, 2012).

Kishimoto reconhece o importante papel do jogo na constiuição das representações mentais da criança, quando revela que os psicólogos têm dado grande

atenção aos seus efeitos no desenvolvimento da criança, especialmente da faixa de 0 a 6 anos de idade, embora apresentem concepções diversas de jogo infantil:

Para uns, o jogo representa a possibilidade de eliminar o excesso de energia represado na criança (Spencer). Para outros, prepara a criança para a vida futura (Gross) ou, ainda, representa um instinto herdado do passado (Stanley-Hall) ou mesmo um elemento fundamental para o equilíbrio emocional da criança (FREUD et al, apud, KISHIMOTO, 2008, p.10).

Kishimoto ainda apresenta outras concepções a partir da psicologia cognitiva, na qual o jogo assume outros papéis:

Para Wallon (1981), é uma forma de infração do cotidiano e suas normas. Bruner (1976) tem interpretação semelhante ao atribuir ao ato lúdico o poder de criar situações exploratórias propícias para a solução de problemas. Vygotski (1988) e Elkonin (1984) entendem a brincadeira como uma situação imaginária criada pelo contato da criança com a realidade social. Piaget (1976), tendo como princípio básico a noção de equilíbrio como mecanismo adaptativo da espécie, admite a predominância na brincadeira, de comportamentos de assimilação sobre a acomodação (KISHIMOTO, 2008, p. 10).

Saindo da psicologia e voltando para a área da educação, o jogo infantil é “tratado como recurso para educar e desenvolver a criança, desde que respeitadas as características da atividade lúdica” (KISHIMOTO, 2008, p. 10).

Silva (2012) reconhece que a Psicologia e a Pedagogia vêm destacando a importância do brincar na psicomotricidade da criança, bem como no desenvolvimento afetivo, social e cognitivo. Assim como admitem que o brinquedo e a brincadeira possibilitam interações da criança com grupos sociais aos quais pertence, seja a família, a escola, a igreja, vizinhança, etc. E por fazer parte da infância de qualquer pessoa, as brincadeiras possuem um grande significado emocional e cultural. Segundo Souza (2018, p.10), “é brincando que a criança expressa vontades e desejos contruídos ao longo de sua vida, e quanto mais oportunidades a criança tiver de brincar, mais fácil será o seu desenvolvimento para aprender”.

Preocupada com o processo ensino-aprendizagem, Lopes (2011) denuncia que a escola está engatinhando com a teoria construtivista, tomando corpo pouco a pouco, mas a criança não pode esperar e está superando estes avanços. Para a autora, se a criança hoje parece ser mais esperta, desenvolve-se antes do tempo previsto, pois algumas habilidades foram estimuladas precocemente, é porque tem permissão para expressar suas vontades e seu intelecto é muito mais estimulado. Porém, ela tem diferentes formas de ansiedade, de medos e insegurança com os quais o educador tem de estar preparado para lidar.

A BNCC assegura à Educação Infantil seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, elaborados a partir dos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e

as competências gerais da Educação Básica, entre eles está o ato de brincar:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (BRASIL, 2017, p. 36).

O ato de brincar, para a abordagem construtivista, é um elemento fundamental para o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, porque as brincadeiras podem ser uma forma de resolver problemas e/ou situações que surgem a partir de sua interação com o meio (SOMMERHARLDER; ALVES, 2011).

De acordo com Lopes (2011), os métodos tradicionais de ensino estão cada vez menos atraentes para a criança. Ela quer participar, questionar, atuar e não consegue ficar horas a fio sentada ouvindo uma aula expositiva e ainda revela que um dos pontos importantes para que o professor possa atualizar sua metodologia, é perceber que a criança hoje é extremamente questionadora, não engole os conteúdos despejados sobre ela sem saber o porquê, ou, principalmente para quê. Portanto, o professor deve preocupar-se muito mais em saber sobre como a criança aprende do que como ensinar.

Quando as atividades são propostas pelo professor ou por qualquer adulto, mesmo os jogos e brincadeiras, elas são direcionadas por essas pessoas, ou seja, tanto as regras, ritmo, espaço e tempo são definidas por outra pessoa que não é a criança. Isso é o que Waksjop (1990, apud SILVA, 2012, p.119) denominou de “didatização do lúdico”, quando o adulto estabelece os objetivos e as crianças devem encontrar uma forma de submeter seu gosto pela brincadeira para alcançá-los.

Em contrapartida, Silva (2012) também descreve que a atividade lúdica, desde que não seja imposta, pode ser uma ação livre e espontânea.

Assim, o que vem sendo feito em sala de aula não pode ser considerado atividade lúdica, na medida em que se coíbem as manifestações lúdicas espontâneas das crianças e praticamente são impostas atividades a serem realizadas e a forma de conduzi-las (p. 119).

Por isso é importante que o professor esteja atento aos interesses e necessidades das crianças. Aproximar os interesses pedagógicos com os interesses das crianças promove uma aula mais rica e significativa em termos de aprendizagem. Não se pode ignorar os contextos culturais de cada criança, para que seja possível acolher as experiências lúdicas vivenciadas por elas nos mais diversos contextos (SOMMERHARLDER; ALVES, 2011).

As crianças não brincam só para passar o tempo. As brincadeiras são escolhidas a partir do resultado de seus processos íntimos, problemas, desejos e ansiedades. A

atividade lúdica pode revelar o que está acontecendo com a mente da criança porque a brincadeira é uma espécie de linguagem secreta, “que deve ser respeitada mesmo quando for difícil de aprender o seu sentido” (BIASI, 2018).

O professor, neste contexto, deve sentir necessidade de buscar meios de renovação dos métodos para melhorar o processo de ensino-aprendizagem no qual está inserido. Para isso é importante que ele busque uma formação continuada, voltada para as necessidades educacionais atuais (SÁTIRO, 2012).

Silva (2012) alerta para o fato de que os cursos de formação para a Educação Infantil, embora contemple jogos e brincadeiras em suas disciplinas, inclusive nos cursos de pedagogia, fundamenta-se nas concepções que admitem as brincadeiras como recurso didático, que deve ser utilizado pelo professor para antecipação da escolarização das crianças pequenas, procurando acelerar o desenvolvimento delas, especialmente preparando para a alfabetização e aprendizagem de matemática, além da intenção de promover na criança “bom comportamento na escola, para ser organizada, enfim, para ser incluída num sistema que exige rapidez, produtividade, competitividade, consumo, homogeneidade”(p. 120).

Contrapondo esse contexto, Silva (2012) apresenta a concepção do brincar às brincadeiras livres e aos jogos simbólicos, defendendo que se trata de atividades que devem estar presentes nas instituições de Educação Infantil porque revelam o contexto sociocultural que as crianças vivenciam e, assim, podem representar esse mundo por meio das atividades lúdicas.

Não há como as crianças separarem os momentos de brincadeira no seu dia, porque elas têm a possibilidade de brincar a qualquer instante, mesmo que a escola defina espaços e horários específicos para isso. Elas superam os limites estabelecidos e brincam sempre que se sentem a vontade porque elas usam a criatividade para imaginar situações e essas passam a ser suas experiências (SILVA, 2012).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Cervo e Bervian (2006) definem a pesquisa como “uma atividade voltada para a solução de problemas”. Pretende dar respostas a perguntas, através dos processos do método científico” (p.160). Assim sendo, a presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. Para os autores:

Qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação da questão, quer para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa (CERVO; BERVIAN, 2006, p.48).

A pesquisa bibliográfica apresenta dados de materiais já elaborados e publicados, seja eles impressos, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Contudo, é muito comum e proveitoso encontrar outros formatos de fontes bibliográficas, especialmente os disponibilizados pela Internet.(GIL, 2022).

Gil (2022) ainda esclarece que a pesquisa bibliográfica implica na seleção, leitura e análise de textos relevantes ao tema da pesquisa, seguida de um relato por escrito e a partir daí, duas abordagens facilitam estas tarefas. A primeira delas intitula-se leitura eficiente e apresenta fundamentalmente maneiras de abordar textos que ajudam a encontrar as informações requeridas. A segunda abordagem, denominada de leitura analítica, possibilita uma análise compreensiva do texto, facilitando o resumo e a interpretação de textos de forma sistemática e, portanto, constituiu-se num método rigoroso e útil para a etapa da revisão da literatura, não só porque facilita a leitura, mas também porque favorece a compreensão e o processo de redação do projeto.

Esta pesquisa também tem um enfoque qualitativo, uma vez que foi desenvolvida no contexto da descoberta, explorando os dados que podem ser relevantes para composição da mesma. Na perspectiva de Cervo e Bervian (2006), a pesquisa qualitativa contempla a observação intensa sobre o objeto de pesquisa, bem como o registro, interpretação e análise de dados coletados como produto dessa observação.

Nesta direção, na presente pesquisa buscou-se analisar a importância das atividades lúdicas para o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil, tendo-se por hipótese que as atividades lúdicas são tratadas como movimento natural e espontâneo, inerentes em toda e qualquer escola, possibilitando considerá-las como ferramentas que contribuem significativamente na educação e formação geral da criança. Além de se tratar de um espaço de conhecimento sobre o mundo externo, é na atividade lúdica que a criança também pode conviver com os diferentes sentimentos que fazem parte da sua realidade interior.

Assim sendo, durante o período de agosto de 2021 a abril de 2022 foram realizadas buscas de trabalhos acadêmicos dirigidos à temática da pesquisa nas seguintes bases de dados: livros, periódicos, *sites* voltados à educação e desenvolvimento das crianças, artigos científicos e igualmente foi considerada a legislação atual que aborda direta ou indiretamente a importância do lúdico na Educação Infantil.

Para a realização desse movimento foram utilizados os seguintes termos de busca: criança, lúdico, jogos e Educação Infantil. Por critérios de exclusão foram adotados as publicações que não indicavam autoria e por inclusão publicações de autores abordados durante a graduação. Esta busca resultou em 1 dissertação, 2 monografias, 6 artigos publicados em revistas, 23 livros e 11 documentos federais e/ou distritais dirigidos à área educativa.

Após a identificação das produções acima, procedeu-se à leitura, análise e seleção daquelas que diziam respeito mais diretamente às questões propostas na presente pesquisa, resultando a tabela a seguir cujas contribuições foram utilizadas:

Tabela 1 – Produções utilizadas nas análises

Natureza das produções utilizadas	Quantitativo
Livros	20
Legislação	9
Artigos	4
TOTAL	33

Fonte: Da autora, 2022.

Em seguida procedeu-se à organização e categorização das temáticas e à redação desta investigação cuja discussão e análise dos dados são apresentados a seguir.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados será apresentada a partir dos objetivos específicos definidos na pesquisa, sob a perspectiva de autores que tratam da Educação Infantil e o trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças, especialmente o lúdico.

No Brasil, até o final da década de 80, o Estado não enxergava as crianças como sujeitos que tinham direitos à educação ou que precisassem de cuidados. Contudo, diante da necessidade das famílias que precisavam trabalhar, principalmente das mulheres, o Estado foi pressionado a prestar assistência em educação às crianças, entretanto, inicialmente tinha o objetivo apenas de cuidar (SANTANA; MATA, 2016).

Atender crianças em idade escolar, na primeira infância, é um processo complexo porque envolve políticas diversificadas e vários segmentos, sejam eles governamentais ou não, tais como saúde, educação, nutrição, proteção e assistência social. Inicialmente o atendimento à primeira infância levou em consideração o avanço das mulheres no mercado de trabalho, além das condições socioeconômicas da família. Assim, a educação infantil passa a ser reconhecida como um direito legítimo de todas as crianças, tornando-se cada vez mais uma demanda expressiva no cenário educacional, exigindo objetivos da política e configurando-se como um dever dos organismos governamentais, sem deixar de lado a responsabilidade e necessidade de empenho de organizações da sociedade civil (NUNES, 2011). “A educação infantil é a primeira etapa da educação básica a que todo cidadão brasileiro tem direito e que o Estado tem obrigação de garantir sem exceção nem discriminação” (p. 9).

Por outro lado, Leite Filho (2005), mesmo reconhecendo os avanços legais e o ordenamento dos direitos das crianças, relata que ainda não é satisfatória a situação da infância brasileira, alertando que ainda há muito o que se fazer, principalmente pelos professores, que precisam permanecer na luta para garantir que as conquistas já alcançadas no papel, mas que ainda não se concretizaram na realidade sejam finalmente asseguradas. O autor lembra que por serem pequenas, as crianças precisam dos adultos para lutarem por elas e, além dos professores, destaca a importância dos educadores, pesquisadores e governantes.

Nesse contexto, a creche e a pré-escola são alternativas concretas que possibilitam a liberação da mulher para o mercado de trabalho, entretanto, é fundamental que o trabalho educativo seja igualmente relevante quanto o trabalho de caráter assistencial pelas instituições (KAPPEL; CARVALHO; KRAMER, 2001).

Para Santana e Mata (2016), as creches e pré-escolas realmente necessitam compreender que seu trabalho deve ter a função educativa, que contribui significativamente para a construção da identidade da criança, além de promover o exercício de sua cidadania a partir de vivências e socialização entre seus pares e outros adultos que não são seus responsáveis. Nessa fase as crianças também tem oportunidades de desenvolver aspectos afetivos, cognitivos e emocionais, que irão contribuir para ampliar seu conhecimento sobre a realidade sociocultural na qual estão inseridas.

As crianças que têm a oportunidade de passar pela educação infantil apresentam mais possibilidades de se desenvolverem integralmente. Nas instituições de ensino infantil o trabalho pedagógico contempla atividades físicas para desenvolvimento psicomotor, atividades de socialização para promover a interação das crianças consigo mesma e com os outros e atividades estruturalmente elaboradas para o desenvolvimento de suas estruturas cognitivas (ALMEIDA; SANTOS; MONTINO, 2016).

Na educação infantil a criança deve ser considerada como sujeito ativo, que participa de sua própria aprendizagem desde os primeiros anos de vida. Nessa fase, ela é estimulada a interagir, exercitar suas capacidades motoras e cognitivas que contribuem para sua descobertas sobre si mesma e sobre o ambiente que lhe rodeia antes de iniciar o processo de alfabetização (SANTANA; MATA, 2016).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001) evidenciam uma inquietação e interesse no que se refere a momentos que promovam interação e cooperação em sala de aula. Fica claro que existe uma preocupação sobre as condições para que haja essa interação, a qual não deve estar pautada apenas em questões cognitivas. Os Parâmetros entendem que os aspectos emocionais e afetivos são tão relevantes quanto os cognitivos, principalmente para os alunos prejudicados por fracassos escolares ou que estejam desmotivados frente ao que a escola vem oferecendo.

Rizzi e Haydt (1998, p. 15) reforçam o que defende os PCNs quando revelam que:

Jogo supõe relação social, supõe interação. Por isso, a participação em jogos contribui para a formação de atitudes sociais: respeito mútuo, solidariedade, cooperação, obediência às regras, senso de responsabilidade, iniciativa pessoal e grupal. É jogando que a criança aprende o valor do grupo como força integradora e o sentido da competição salutar e da colaboração consciente e espontânea.

É fato que a maioria dos educadores reconhece a importância do jogo e do brincar para as crianças, no entanto, é possível perceber que em um grande número de escolas, nota-se que o jogo é aplicado depois que a aula termina, quando o aluno encerra suas obrigações, daí sim, ele pode partir para o lazer.

Os PCNs fazem referência direta ao jogo ou a brincadeira, mas revela uma tendência à orientar professores e afins sobre um dos principais objetivos da educação escolar: preparar o aluno para conviver em grupo de maneira produtiva e cooperativa. E ainda propõe que isso seja trabalhado a partir de:

situações em que os alunos possam aprender a dialogar, a ouvir o outro e ajudá-lo, a pedir ajuda, aproveitar críticas, explicar um ponto de vista, coordenar ações para obter sucesso em uma tarefa conjunta, etc (BRASIL, 2001, p. 97).

Nesse contexto, a atuação do professor, assim como nos PCNs, o Currículo em Movimento da Educação Infantil (DISTRITO FEDERAL, 2018), destaca que é de suma importância para facilitar ou dificultar esse processo de aprendizagem do aluno numa dinâmica mais lúdica e significativa. De acordo com o Currículo, o professor é responsável pelo clima psicológico que se institui em sua turma, aspecto considerado importante para facilitar as aprendizagens significativas. O Currículo também orienta que o professor organize e disponibilize recursos para uma aprendizagem mais ampla, conduzindo os alunos a encontrar, dessa forma, oportunidades para sanar a curiosidade intelectual e aplicar conhecimentos adquiridos.

Sobre a atuação do professor mencionada pelos PCNs e Currículo em Movimento da Educação Infantil, Santos (2011) se volta para os cursos de formação, alertando que não são acentuados os estudos sobre a importância que as atividades lúdicas exercem na aprendizagem da criança. Normalmente esse amplo assunto é restringido à uma disciplina em apenas um semestre, ou em teorias que não orientam o professor a adotá-las numa prática pedagógica eficiente e dinâmica. A autora ainda critica os cursos de licenciatura quando afirma que:

Sabemos que os cursos de licenciaturas têm recebido inúmeras críticas, especialmente no que se refere à sua ineficiência quanto à formação dos profissionais de educação. É, hoje, questão de consenso que os egressos dos cursos de graduação não estão suficientemente preparados para atender as necessidades das escolas, principalmente no que se refere à compreensão da criança como ser histórico-social, capaz de construir seu próprio conhecimento (p. 12).

Broto (2013) reforça que nos cursos de formação é preciso haver reciclagens nos vários padrões e procedimentos educativos que os professores trazem em suas experiências pedagógicas. Não se deve abandonar o que já foi aprendido, mas sim rever essa aprendizagem, ou seja, investir e buscar uma formação continuada a fim de garantir uma melhoria na qualidade do ensino oferecido. “Penso, como tantos outros, que é preciso re-criar, re-educar o Educador, caracterizando-o como um mestre – aprendiz imerso num processo de formação e transformação permanente” (p.17).

O Currículo (DISTRITO FEDERAL, 2018) ainda reconhece a importância do educador como membro que encoraja, estimula, que abre perspectivas e caminhos para que o aluno desenvolva competências e habilidades, e também faz referência quanto à sua formação continuada, quando menciona a necessidade do professor ter conhecimentos, habilidades e muita motivação, além de se manter sempre atualizado.

Lopes (2011) afirma que a falta de uma formação adequada e aulas com professores despreparados, coloca a escola como instituição que não costuma valorizar a brincadeira e o jogo, como se não fossem importantes para o desenvolvimento da capacidade de pensar, refletir, abstrair, organizar, realizar e avaliar.

Kishimoto (2008) também denuncia esse aspecto afirmando que o jogo muitas vezes não é visto como um instrumento facilitador da aprendizagem e sim como uma metodologia adversa à construção do conhecimento. A autora ainda afirma que:

O uso de brinquedos e jogos destinados a criar situações de brincadeiras em sala de aula nem sempre foi aceito. Conforme a visão que o adulto tem da criança e da instituição infantil, o jogo torna-se marginalizado. Se a criança é vista como um ser que deve ser apenas disciplinado para aquisição de conhecimentos, em instituições de ensino acadêmico, não se aceita o jogo (KISHIMOTO, 2002, p. 14).

Por outro lado, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001) se atenta para o fato de que por mais que o professor e os materiais pedagógicos contribuam para que a aprendizagem se realize, nada pode sobrepor a atuação do próprio aluno na tarefa de construir significados sobre os conteúdos aprendidos, a partir de seu senso investigativo, sua curiosidade e busca constante pelo conhecimento. Os PCN ainda se referem à construção da autonomia das crianças, a partir do uso de suportes materiais, intelectuais e emocionais adequados. Sugere atividades em grupos, realização de atividades para resolução de conflitos, estabelecimento de etapas para execução das atividades, entre outros.

Para reforçar essa importância do lúdico no desenvolvimento e autonomia da criança, Huizinga (2019) acredita que brincando e jogando a criança põe em prática seus esquemas mentais à realidade que a cerca, apropriando-se dela. Brincando e jogando, a criança reproduz as suas experiências pessoais, transformando o real conforme seus desejos e interesses. Por isso, pode-se dizer que, as brincadeiras e os jogos permitem que a criança se expresse, assimile e construa sua própria realidade.

Para Freud, existe uma energia que está entre a satisfação do que se anseia e do que realmente é possível na vida: a libido, que pode diferenciar o prazer da obrigação. Nem sempre é possível fazer o que se deseja. A alta ou baixa-estima, o modo como

pensamos e comportamos é produto da relação entre consciente e inconsciente e muitas vezes somos influenciados a agir mesmo além da nossa vontade ou intenção. Freud denominou sublimação o processo em que é possível desviar-se de um alvo sexual (desejo) para atividades espirituais ou socialmente úteis, como a brincadeira. A sublimação aproveita essa energia (libido) e, por isso, é muito melhor que a repressão. Se a criança não se desenvolve de forma satisfatória, principalmente por se submeter à repressões excessivas, vivencia torturas psíquicas que podem causar neuroses (ANTUNES, 2017)

No ambiente escolar, a libido produzida pelas vivências que a criança experimenta pode provocar muita agitação e brincar é a maneira mais saudável para canalizar essa energia, segundo Antunes (2017). Para o autor:

A tarefa, pois, de uma boa educação infantil seria a de propiciar, através de brincadeiras, o afeito e a sociabilidade, dando voz aos sonhos infantis. A criança que é levada a se inclinar de maneira saudável para as construções que realiza com seus brinquedos está se distanciando de torturas psíquicas possíveis e de neuroses que sempre se guardará (p. 13).

O brinquedo passa auxiliar a criança em seu processo de libertação de frustrações, canalizando sua energia, deixando de exercer apenas a função de dar prazer a ela. Além disso, dá propósito à sua ação, estimulando sua criatividade e imaginação. Assim, é importante que sejam disponibilizados brinquedos que estejam adequados às potencialidades da criança e que seja possível diversificar a tarefa de explorar as inteligências diversas. Oferecer qualquer brinquedo pode até agradar a criança num primeiro momento, principalmente atendendo seu sentimento de posse, mas é importante compreender a mente dessa criança para que a brincadeira vá muito além, se transforme em aprendizagem/educação (ANTUNES, 2017).

Brotto (2013) confere uma importância significativa ao jogo para o desenvolvimento humano não apenas para as crianças, mas admite seu impacto positivo em todas as idades. Para o autor, quando jogamos não estamos representando apenas simbolicamente a vida, vamos, além disso. Ele afirma: “Quando jogamos estamos praticando, direta e profundamente, um exercício de co-existência e de re-conexão com a essência da vida” (p.13). Ainda elucida que o jogo habilita e cultiva as potencialidades humanas, pessoais e coletivas, na intenção de resolver problemas, conciliar conflitos, superar crises e alcançar objetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo a Educação Infantil atendia apenas a demanda das famílias que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos. Com o passar do tempo, seu histórico mostra que hoje ela se caracteriza como um espaço pedagógico onde as crianças têm a oportunidade de aprender a conviver com outras pessoas, além de já existir uma proposta que reconhece a criança como ser histórico, de direitos incluindo o direito de interagir e brincar.

As crianças em idade escolar, que iniciam na Educação Infantil, têm a oportunidade de construir sua identidade física e social, além de vivenciar experiências que contribuem para o desenvolvimento de esquemas cognitivos que consolidarão aprendizagens durante toda sua vida escolar. Por esse motivo a Educação Infantil é uma etapa importante da escolarização de qualquer pessoa e, nesse processo, a relação que ela estabelece com outras pessoas, sejam seus pares ou os adultos são determinantes para o desdobramento de sua identidade como indivíduo.

Em virtude dos estudos realizados, foi possível concluir que a aprendizagem é um processo grandioso que não termina nunca e começa bem cedo na vida da criança, para que o jogo e a brincadeira possam ser reconhecidos como ferramentas essenciais a serem utilizadas na construção do conhecimento da criança.

Na Educação Infantil é muito comum o lúdico ser trabalhado nas brincadeiras e devem fazer parte da rotina da criança que, embora planejada, deve ser flexível a fim de possibilitar a observação das diversas relações que a criança estabelece no ambiente escolar, além de indicar elementos que podem contribuir para a construção da identidade e autonomia dela.

Os argumentos apresentados pelos autores aqui mencionados endossa a hipótese sobre as atividades lúdicas, admitindo-as como meios importantes para subsidiar e estimular a aprendizagem, enriquecendo o processo de aprendizagem da criança, além de servir como suporte inovador na prática pedagógica, subsidiando aprendizagens, além de enriquecer o processo de desenvolvimento integral da criança.

Além dos aspectos cognitivos, o corpo também é trabalhado por meio dos jogos e brincadeiras, uma vez que nessas atividades é possível explorar suas dimensões motoras, além das cognitivas e afetivas, produzindo um desenvolvimento global da criança. Ao contemplar um espaço lúdico na sala de aula, o professor realiza ações integradoras, a partir de uma educação diversificada, adotando como instrumentos pedagógicos os jogos

e brincadeiras.

Tendo em vista as colocações em relação às atividades lúdicas, percebe-se que elas devem ser desenvolvidas de maneira eficiente, a partir de objetivos estabelecidos e planejamento prévio, para que se possam alcançar resultados significativos. Entretanto, é preciso reconhecer que para que isso ocorra, faz-se necessário que se execute uma reestruturação física nas escolas, além de um investimento na formação de professores e aquisição de materiais pedagógicos de qualidade e adequados.

Sendo assim, é importante que o próprio professor a partir da necessidade eminente de diversificar as atividades em sala, busque uma formação continuada a fim de descobrir meios de renovação dos métodos para melhorar o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos.

Os estudos revelaram que as atividades lúdicas assumem grande importância para o desenvolvimento integral da criança, na medida que requer que ela coloque em ação todos os aspectos que fazem parte da sua formação: social, afetivo, cognitivo e psicomotor. Quando vivencia experiências lúdicas, sejam elas pedagogicamente planejadas ou não, a criança permite que seu corpo, sentimentos e pensamentos estejam em constante movimento e, portanto, em pleno desenvolvimento.

A pesquisa amenizou a carência que existia sobre compreensão a respeito da importância do lúdico como agente facilitador de atividades. Portanto, compreende-se que as atividades lúdicas permitem uma maior participação do aluno, tornando-o agente principal na ação educativa. A pesquisa ainda permitiu verificar a validade dos jogos na construção da identidade e autonomia, bem como na contribuição do fortalecimento dos relacionamentos sociais estabelecidos no ambiente escolar, por meio da vivência nas situações de liderança e de cooperação, no pensar em equipe e na busca de estratégias para a obtenção de objetivos comuns.

Logo, conclui-se que o lúdico, trabalhado de forma sistemática ou não, contribui positivamente para o desenvolvimento da criança, estimulando a construção do conhecimento sistemático, além de desenvolver outros aspectos, entre eles: social, afetivo e cultural.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **O jogo e a educação infantil**: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil de **1988**. Brasília, DF: Presidente da República.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC,SEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3.ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Lei . 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BROTTO, Fábio Otuzi. **Jogos Cooperativos**. 4 ed. São Paulo: Projeto Cooperação, 2013.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CEB). Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 07 de abril de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0199.pdf>. Acesso em: 28 abr 2022.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: **Pearson Universidades**, 2006.

ALMEIDA, Ilda Neta Silva; SANTOS, Ana Lúcia Brito; MONTINO, Mariany Almeida. A importância da educação infantil na formação humana. **Humanidades & Inovação**, v. 3, n. 2, 2016.

BIASI, Mari. **Ludicidade na Educação Infantil e Séries Iniciais**. Santa Catarina: Clube dos Autores, 2018.

DISTRITO FEDERAL. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). **Currículo em Movimento da Educação Infantil**. Brasília: SEDF, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli; CARVALHO, Maria Cristina; KRAMER, Sonia. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, p. 35-47, 2001.

KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo e brincadeira. In: KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a Educação Infantil**. 5 reimp. São Paulo: Cengage, 2008, p.1-11.

LEITE FILHO, Aristeu. **Rumos da Educação Infantil no Brasil**. TEIAS, Rio de Janeiro, ano 6, nº 11-12, jan/dez 2005.

LOPES, Maria da Glória. **Jogos na Educação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NISTA-PICCOLO, Vilma Lení; MOREIRA, Wagner Wey. **Corpo em Movimento na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, Maria Fernanda Rezende. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. Brasília: UNESCO, MEC, Fundação Orsa, 2011.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

PINTO, Marly Rondon. **Formação e Aprendizagem no Espaço Lúdico**. 2. ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

RIZZI, Leonor; HAYDT, Regina Célia. **Atividades Lúdicas na Educação da Criança**. 7.ed. São Paulo: Ática, 1998.

SANTANA, Katiane Cardoso; MATA, A. A. R. A importância da educação infantil para o desenvolvimento do indivíduo. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. 2016.

SANTOS, Santa Marli Pires dos (Org.). **O Lúdico na Formação do Educador**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SÁTIRO, Angélica. **Brincar de pensar: com crianças de 3 a 4 anos**. São Paulo: Ática, 2012.

SILVA, Anamaria Santana. Quem quer conversar sobre brincadeira põe o dedo aqui. In: GARMS, G.M.Z; RODRIGUES, S.A. (orgs). **Temas e dilemas pedagógicos da Educação Infantil: desafios e caminhos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012, 115-137.

SOMMERHALDER, Aline; ALVES, Fernando Donizete. **Jogo e a Educação da Infância: muito prazer em aprender.** Curitiba, PR: CRV, 2011.

SOUZA, Marcos L. **Práticas Lúdicas na Educação Infantil: a importância do brincar na Educação Infantil.** Santa Catarina: Clube dos Autores, 2018.